

BRENCO - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL - Em recuperação judicial

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31/03/2023 e 31/03/2022, acompanhadas das principais notas explicativas.

São Paulo, 11 de Agosto de 2023

Balancos Patrimoniais em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa

Aplicações financeiras

Contas a receber de clientes

Estoque e adiantamentos a fornecedores

Ativo biológico

Tributos a recuperar

Partes relacionadas

Outros créditos

Total do ativo circulante

Ativo não circulante

Estoque e adiantamentos a fornecedores

Tributos a recuperar

Partes relacionadas

Depósitos judiciais

Outros créditos

Total do ativo não circulante

Total do ativo

Nota

31/03/2023

31/03/2022

5 (a)

718.283

623.179

5 (b)

3.656

3.296

6

26.142

39.304

7

504.910

519.803

8

348.406

451.098

9

135.713

75.018

10 (a)

30

33

20.107

26.700

1.757.247

1.738.431

7

122.325

114.951

9

34.881

23.776

10 (a)

865.533

480.829

24 (c)

13.075

17.436

16.684

16.472

1.052.498

653.464

11

2.916

2.674

12

2.981.444

2.867.472

14 (a)

986.399

1.013.367

13

299.699

332.063

5.322.956

4.869.040

7.080.203

6.607.471

Nota

31/03/2023

31/03/2022

Passivo e patrimônio líquido

Passivo circulante

Fornecedores

Fornecedores - sujeitos ao PRJ'

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ'

Passivos de arrendamento

Salários e encargos

Tributos a recolher

Tributos parcelados

Adiantamentos de clientes

Partes relacionadas

Outros débitos

Total do passivo circulante

Passivo não circulante

Fornecedores

Fornecedores - sujeitos ao PRJ'

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ'

Passivos de arrendamento

Tributos a recolher

Provisão para contingências

Imposto de renda diferido passivo

Partes relacionadas

Total do passivo não circulante

Total do passivo

Patrimônio líquido

Capital social

Prejuízos acumulados

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e do patrimônio líquido

Plano de Recuperação Judicial

15

192.241

168.459

15

74.268

70.277

16

26.040

27.788

16

218.572

50.272

14 (b)

180.169

240.752

17

43.220

41.403

18 (a)

10.710

21.497

18 (b)

10.970

8.993

19

35.808

58.609

10 (a)

40.353

31.347

—

909

832.346

706.112

15

12.034

—

15

1.935

78.616

16

272.179

283.056

16

3.944.572

3.926.731

14 (b)

845.679

802.988

18 (a)

22.968

7.963

24 (a)

164.648

53.018

98.735

94.564

10 (a)

207.358

178.543

5.570.108

5.425.479

6.402.454

6.131.591

20

3.994.676

3.994.676

(3.316.927)

(3.518.796)

677.749

475.880

7.080.203

6.607.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional:

(a) A Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial ("Brenco" ou "Companhia"), constituída em 15 de fevereiro de 2005, possui sede em São Paulo e unidades produtivas na região Centro-Oeste do país, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica, tendo como controladora direta a Agroindustrial Participações S.A., e como holding do grupo e controladora indireta a Atvos Agroindustrial S.A. (conjuntamente "Grupo Atvos").

(b) A Brenco possui 4 filiais operacionais nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e têm capacidade de moagem instalada de 13,8 milhões de toneladas de cana anual, tendo sido processadas 10 milhões na safra 22/23 (10,3 milhões na safra 21/22). Em 25 de novembro de 2022, foi assinado Acordo de Investimento, Assunção de Obrigações e Outras Avenças celebrado, entre Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP Gesto" ou "FIP Agroenergia", MC Green Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP MC Investidor") ou "FIP MC Green", Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda. ("Mubadala"), Soneva Energias Renováveis S.A. ("Nova Controladora") e os Credores Signatários, onde foi acordado, entre outros termos, a autorização da Troca de Controle e exercício dos Bônus de Subscrição, com fundamento nas Cláusulas 5.16.3.1.1 e 7.21(ii) do Plano de Recuperação Judicial, o qual foi aprovado na reunião de credores de 28 de dezembro de 2022. Em 26 de janeiro de 2023, o FIP Agroenergia adquiriu, em sua integralidade, as ações detidas pela LSF10 Brasil U.S. Holdings LLC, ("LSF10"), então controladora do Grupo Atvos, passando a ter o controle da controladora indireta da Companhia, a Atvos Agroindustrial Participações S.A. (assim como o controle do Grupo Atvos). O FIP Agroenergia é responsável por gerir os direitos econômicos dos credores referentes aos créditos da Tranche B. Conforme previsto no referido Acordo de Investimentos, o FIP MC Green realizará aporte primário de R\$ 500 milhões de reais em troca de uma fatia de 31,5% do capital da controladora direta da Companhia, a Atvos Agroindustrial Participações S.A. O investimento deverá ser destinado para as áreas agrícola e industrial, com o objetivo de impulsionar a capacidade de produção do Grupo Atvos e atingir sua capacidade instalada de moagem de cana-de-açúcar por safra. Essa transição é um marco para o Grupo Atvos, pois encerra uma fase de conflitos societários e consolida a sustentabilidade do negócio em direção ao encerramento do seu processo de recuperação judicial. O Grupo Atvos vem implementando ações para melhoria da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento, destacando-se: (i) Aumento do nível de investimentos em formação de lavora, buscando ganhos de produtividade e redução da idade média do canalv; (ii) melhoria nos indicadores qualitativos de tratos culturais com o intuito de aumentar a longevidade e produtividade da cana-de-açúcar; (iii) redução de custos agrícolas, principalmente na área de corte, transporte e transporte de cana (CTT); (iv) diluição dos custos fixos por meio do aumento de moagem nos próximos anos e, consequentemente, redução da ociosidade das plantas industriais (v) implementação de um programa estruturado de captura de valor por meio de melhorias de eficiências e produtividades operacionais (Avante); e (vi) fortalecimento dos sistemas de informação e cyber security, dando mais robustez aos controles internos do Grupo, bem como difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa. O novo controlador dará continuidade ao plano de negócios do Grupo Atvos, buscando aumentar seus níveis de produtividade, de forma a gerar mais sustentabilidade e valor para os acionistas, clientes, parceiros, colaboradores e demais públicos de interesse do Grupo. A Companhia também possui uma unidade produtiva em São Paulo, incluindo sua controladora direta Atvos Agroindustrial Participações S.A., apresentu, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus mais de 19 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Atvos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 505977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial. A decisão judicial publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Atvos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperadas. Os credores aprovaram a consolidação substancial da Companhia e de outras 6 Recuperadas, sendo elas: Atvos Agroindustrial S.A., Atvos Agroindustrial Participações S.A., Destilaria Alcida S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A. A recuperação judicial das Recuperadas Agropar Energia Santa Luzia S.A. ("USL") e Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCPJ") foi tratada em Planos individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs.

(c) Plano de Recuperação Judicial (informações referentes ao PRJ consolidado do Grupo, exceto quando informações de pagamento que são próprias da Companhia). As principais premissas, por tipo de credora, que constam nos PRJs homologados e que estão refletidas nestas demonstrações financeiras, podem ser assim resumidas: • Créditos Trabalhistas: Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento originalmente reestruturados pelo PRJ. • Classe II (Garantia Real): O montante correspondente a 54% dos créditos de cada credor com Garantia Real será pago de acordo com as seguintes condições: (i) carência de amortização de principal até dezembro de 2022; (ii) juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais; e (iv) amortização de principal: parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 46% dos créditos de cada credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores classe II (Garantia Real), nas seguintes proporções:

Principal pago

Juros pago

Total pago

5.872

30.443

36.315

• Classe III (Quirografários Financeiros): O montante correspondente a 39% dos créditos de cada credor Quirografário Financeiro será pago nas seguintes condições: (i) período de carência para amortização de principal até dezembro 2022, contados da Data de Homologação Judicial do Plano; (ii) juros equivalentes a 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais; e (iv) amortização de principal: parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 61% dos créditos de cada credor Quirografário Financeiro poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização das debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores classe III (Quirografários Financeiros), nas seguintes proporções:

Principal pago

Juros pago

Total pago

14.683

53.869

68.552

• Classe III (Quirografários Não Financeiros): Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$40.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$4.000 (quatro mil reais de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39%

